

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.376.651 - SP (2013/0116902-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**RECORRENTE** : TEMA RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA DE  
SERVIÇOS LTDA E OUTRO  
**ADVOGADO** : VANDER DE SOUZA SANCHES E OUTRO(S) - SP178661  
**RECORRIDO** : FAZENDA NACIONAL  
**ADVOGADO** : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL -  
PR0000000

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial fundado no CPC/73, manejado por **Tema Recursos Humanos e Assessoria de Serviços Ltda e Outro**, com base no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado (fl. 261):

*TRIBUTÁRIO. SOCIEDADES CIVIS PRESTADORAS DE SERVIÇOS. CONSTITUCIONALIDADE DA RETENÇÃO NA FONTE. MEDIDA PROVISÓRIA 135/03.*

*I. No tocante à inconstitucionalidade do art. 30 da Lei nº 10.833/2003 e conseqüente impossibilidade de retenção, não se denota a razão jurídica para a sustação da antecipação.*

*II. Afastada a alegada inconstitucionalidade da Medida Provisória nº 135/03 (convertida na Lei nº 10.833/803), por afrontar o art. 246 da Carta Magna, porquanto o édito legal apenas disciplinou o recolhimento por substituição tributária do PIS, da COFINS e da CSLL, instituto expressamente previsto nos arts. 150, § 7º da CF e 128 do Código Tributário Nacional.*

*III. Apelação desprovida.*

A parte recorrente aponta violação aos arts. 97, 113, § 2º, 121 e 128 do CTN. Sustenta, em resumo, que a instituição da sistemática de retenção na fonte do PIS e da COFINS incidentes sobre os valores pagos pela tomadora de serviço à empresa terceirizada, seria contrária às regras previstas no CTN quanto ao princípio da legalidade, ao estabelecimento do sujeito passivo da obrigação tributária e à responsabilidade tributária

Contrarrazões às fls. 318/320.

Parecer do Ministério Público Federal às fls. 348/350.

**É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

Registre-se, de logo, que a decisão recorrida foi publicada na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 - devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

Destaca-se da fundamentação do acórdão recorrido o seguinte trecho (fls. 258/259):

*No presente caso, a impetrante questiona a aplicação do artigo 30 da Lei nº 10.833/2003, a qual determina a retenção, na fonte, da CSL, da COFINS e da contribuição ao PIS, incidentes sobre os pagamentos efetuados pela tomadora à empresa terceirizada, sem prejuízo da retenção do Imposto de Renda, nos seguintes termos:*

*"Art. 30. Os pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas de direito privado, pela prestação de serviços de limpeza, conservação, manutenção, segurança, vigilância, transporte de valores e locação de mão-de-obra, pela prestação de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, bem como pela remuneração de serviços profissionais, estão sujeitos a retenção na fonte da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP"*

*Aduz a impetrante a impossibilidade de alteração das contribuições em comento através de Medida Provisória.*

*Concernentemente à antecipação de recolhimento dos tributos, este procedimento restou introduzido no ordenamento jurídico pela Emenda Constitucional nº 3/93, consoante Art. 150, § 7º, da Constituição Federal e nele há taxativa previsão de imediata e preferencial restituição, caso não se realize o fato gerador, donde não denoto razão jurídica para a sustação da antecipação.*

*Afasto a alegada inconstitucionalidade da MP 135/03 (convertida na L. 10.833/03), por afrontar o art. 246 da Carta Magna, porquanto o édito legal apenas disciplinou o recolhimento por substituição tributária do PIS, da COFINS e da CSLL, instituto expressamente previsto nos arts. 150, § 7º da*

CF e 128 do CTN.

*De outra forma, não efetuou a Medida Provisória alteração quanto à base de cálculo das contribuições ou criou novo tributo. Em casos análogos, o STF tem manifestado pela possibilidade do legislador aplicar a sistemática de retenção de contribuições sociais (RE-AgR 349549).*

*Neste sentido, trago à colação o aresto a seguir:*

*DIREITO PROCESSUAL CIVIL. CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO. RAZÕES DISSOCIADAS. NÃO CONHECIMENTO. COFINS. SOCIEDADE COOPERATIVA. LEI Nº 5.764/71. MP Nº 1.858-6/99. REEDIÇÕES, E MP Nº 2.158-35/01. INCIDÊNCIA FISCAL. DISTINÇÃO ENTRE ATOS COOPERATIVOS PRÓPRIOS E IMPRÓPRIOS. ARTIGO 30 DA LEI Nº 10.833/03. RETENÇÃO NA FONTE. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. (Omissis)*

*10. A MP nº 135, de 30.10.03, convertida na Lei nº 10.833/03, que instituiu o regime de não-cumulatividade e de retenção na fonte da COFINS e outras contribuições, não violou, tampouco, o artigo 246 da Lei Maior, porque inexistente a regulamentação de alterações promovidas por meio da EC nº 20/98. A MP nº 135/03 não teve como objeto, pois, a regulamentação de alteração constitucional, promovida pela EC nº 20/98, seja no que instituiu alterações na base de cálculo, excluindo receitas para efeito de não-cumulatividade, princípio que a lei adotou, mas que não foi objeto da emenda constitucional; seja no que previu o regime de retenção na fonte, porque este decorre não do artigo 195, objeto da EC nº 20/98, mas do § 7º do artigo 150, inserido pela EC nº 3/93, não atingido pelo artigo 246 da Constituição Federal.*

*11. O princípio da anterioridade restou observado pela Lei nº 10.833/03, cujo artigo 93, II, definiu a aplicabilidade do regime de retenção na fonte, observado o prazo contado a partir da publicação da MP nº 135/03.*

*12. Precedentes.*

*(TRF 3ª Região, Rel. Des. Fed. Carlos Mula. AMS 284537, DJU de 13/06/07)*

*Dessa forma, resta prejudicada a análise do pedido de compensação.*

*Assim, verifica-se que o Tribunal de origem decidiu a controvérsia*

*à luz de fundamentos eminentemente constitucionais, matéria insuscetível de ser examinada em sede de recurso especial.*

**ANTE O EXPOSTO**, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**

Relator

